

ANÁLISE DISCURSIVA DE UM “QUADRINHO” A PARTIR DA PERSPECTIVA FRANCESA: A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE PÊCHEUX

Thiago Alves Françaⁱ

Resumo: Neste texto, analisamos, a partir da perspectiva francesa de Análise de Discurso (AD), uma materialidade linguístico-imagética, do gênero Quadrinho, coletada em um site de discussão e militância gay. A partir do corpus, considerando tanto os signos linguísticos quanto os demais signos como materialidade discursiva, problematizamos o modo como a formulação funciona no que diz respeito à (re)produção de sentidos. Para tanto, descrevemos indícios materiais que autorizam algumas interpretações, negando, por sua vez, outras, destacando a contradição que funciona no material selecionado, e analisando alguns efeitos de sentido. Dialogamos, neste texto, com alguns teóricos, a exemplo de Michel Pêcheux, cujas contribuições costumam ser fundamentais para o trabalho que se faz à luz da AD no Brasil.

Palavras-chave: Sentidos. Homofobia. Materialidade discursiva. Posição de sujeito.

Abstract: In this paper, we analyze, through the French Discourse Analysis perspective, a linguistic and visual materiality, of the genre comic strip, collected from an activist gay website and forum. Based on the corpus, considering both the linguistic and the other kinds of signs as a discursive materiality, we are concerned about how the formulation operates in regard to the production and the reproduction of meaning. In order to achieve this goal, we describe the material evidence that authorizes some interpretations, denying others, highlighting the contradiction produced in the selected material, and analysing some effects of meaning. We dialogued, in this text, with some theorists, like Michel Pêcheux, whose contributions are often fundamental to the research that draws upon Discourse Analysis in Brazil.

Keywords: Meaning. Homophobia. Discursive Materiality. Subject Position.

ⁱ Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em Linguística e em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutorando em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: thiaguksa@gmail.com.

Introdução

Neste texto¹, apresentamos, à luz da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, uma análise de uma materialidade linguístico-imagética de um Quadrinho (Figura 1) que se encontra disponível no site oficial do Projeto de Lei da Câmara 122/06, projeto este vulgarizado² como lei de combate à homofobia³. Trata-se de um site destinado a um público-alvo homossexual, ou, de forma mais geral, aos interessados pela discussão da criminalização da homofobia, de forma que funciona como um “foco” de militância gay, como reiteraremos adiante.

Já dissemos que o *corpus* selecionado é constituído por uma formulação linguístico-imagética, e, devido à constituição do material que analisamos, achamos necessário lembrar que a possibilidade de analisar formulações linguísticas está em inteira conformidade com a AD desde a sua primeira fase (AD-1), mas que pretender tomar formulações imagéticas como materialidade a ser analisada sob o respaldo teórico da AD implica uma revisão acerca da materialidade do discurso.

Quando em AD, nos textos fundadores, se discute a relação entre língua, discurso e ideologia, diz-se, numa escala descendente, que a ideologia se materializa no discurso, e que o discurso, por sua vez, encontra na língua a sua materialidade. Desse modo, a forma material do discurso seria a língua, e a forma manifesta da ideologia seria o discurso. Não há, pelo menos em AD-1, tampouco na AD-2, um espaço para a imagem, para um discurso que talvez possa se materializar de outra forma que não pela língua.

É, no entanto, em textos da AD-3 que se aponta uma preocupação com a imagem neste processo de materialização do discurso. Vejamos:

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições) (PÊCHEUX, 1983b, p. 55).

Como se nota, Pêcheux (1983b) nos sugeriu que também as imagens são atravessadas por discursos, questionando, assim, a sua transparência, sendo, a

¹ As discussões aqui apresentadas foram extraídas de minha dissertação de mestrado, defendida em fevereiro de 2013, no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), sendo a pesquisa financiada, parcialmente, por essa instituição e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

² Para mais informações sobre a amplitude do Projeto de Lei, ver França (2013).

³ Sobre homofobia, ver Borrillo (2010).

partir daí, possível concebê-las como materialidade discursiva. Além disso, de um outro quadro teórico e com uma outra proposta, mas amplamente pensado no campo largo que se costuma chamar de análise de discurso, Foucault (1969), ao descrever o enunciado (compreendido como função de existência e como unidade do discurso), diz que sua materialidade não é exclusivamente linguística, abrindo espaço para uma visada em outras formas de significação.

Ao falarmos que a materialidade da qual nos ocupamos, neste artigo, é linguístico-imagética, e uma vez que situamos a AD como horizonte teórico de nossas discussões, concordamos também com Maingueneau (2008), para quem o regime do discursivo age não só sobre a materialidade linguística, como as primeiras fases da AD apontavam, mas também sobre outros signos, a exemplo dos imagéticos, e, no caso de nosso trabalho, também os cromáticos.

Considerando a possibilidade de, discursivamente, analisar uma materialidade intersemiótica (MAINGUENEAU, 2008), adiante, apresentamos a formulação, e operamos a descrição-interpretação (PÊCHEUX, 1983a), a fim de explicar como o Quadrinho produz sentidos, filiando-se a discursos-outros, atualizados nesta formulação.

Antes da análise, desejamos, ainda, destacar que a pergunta que fazemos, isto é, “como o texto significa?”, e não “o que o ele significa?” corresponde, desde a primeira fase da AD, àquilo de que devem se ocupar os analistas de discurso, e por isso é que justificamos o nosso interesse pela discursivização da materialidade, isto é, pelo modo como ela funciona, (re)produzindo sentidos a partir desse funcionamento realizado entre uma estrutura e um acontecimento, isto é, entre memórias e atualidades (PÊCHEUX, 1983a).

1 Análise

O Quadrinho (Figura 1), como dissemos, foi encontrado no site oficial do PLC 122/06. Trata-se, como se nota, de um texto intersemiótico (MAINGUENEAU, 2008), isto é, podemos observar nela um entrecruzamento de formulações linguísticas e imagéticas. O entrecruzamento é necessário para que os sentidos se (re) produzam na discursivização, mas apesar de entendermos que é na relação que os sentidos na materialidade se (re)produzem, por uma questão metodológica, trataremos, por vezes, da materialidade linguística em separado da materialidade imagética. Fazemo-lo, porém, por uma questão de método, como dissemos.

FIGURA 1 – Quadrinho divulgado no site oficial do PLC 122/06



Fonte: site oficial do PLC 122/06. Disponível em: <<http://www.plc122.com.br>>.

Na materialidade em questão, percebemos dois personagens que representam homens que aparecem em todos os quadros. Um dos personagens, o da esquerda, traja camisa rosa enquanto o da direita, azul. Os planos de fundo do Quadrinho alternam entre branco com uma parte azul de tonalidade clara, e todo azul, de um tom mais escuro.

No primeiro quadro, há uma formulação linguística, no balão, pronunciada pelo personagem que traja azul: “Eu não gosto do seu tipo de gente”. Esta formulação não indica, linguisticamente, a que se refere o personagem com a expressão “tipo de gente”. No entanto, sabemos que a formulação linguístico-imagética circulou, como dissemos, em site “gay” e de caráter ativista, uma vez que discursiviza favoravelmente sobre o projeto vulgarizado como de combate à homofobia.

O lugar de circulação da formulação não é desconsiderado quando da leitura que se faz, uma vez que, tomando o site como lugar de memória discursiva, a partir de Fonseca-Silva (2007), compreendemos também que há seleção neste lugar, de modo que nem tudo pode ser materializado ali. Considerando isto, o fato de a formulação ter circulado em site de militância gay indica o “tipo de gente” a que se refere o personagem “azul”: o tipo gay.

A formulação linguística, como dissemos, não dá pistas suficientes para que o “tipo de gente” seja definido. Considerar o site é entender que o

discurso não se (re)produz sem condições de produção (PÊCHEUX, 1969) que propiciam sua realização. Além disto, o entrecruzamento do linguístico com o imagético é fundamental para que o tipo de gente homossexual seja definido.

A cor rosa, assim como a cor azul, exceto por um processo de endoculturação⁴, nada têm que ver com a mulher e com o homem, e não têm a ver também com a sexualidade dos indivíduos. Ainda assim, culturalmente, associa-se o rosa à mulher e o azul ao homem. No quadro, no entanto, não temos um homem e uma mulher. Há, como se nota, a representação de dois homens, diferenciados: i) pela cor do traje – rosa e azul; ii) pela posição no quadro – o homem da esquerda e o homem da direita, além de outras características. Há, na sequência do Quadrinho, um “embate” entre o personagem que traja rosa e da esquerda e o personagem de traje azul e da direita.

Só no primeiro quadro, com a descrição que realizamos, muitos sentidos podem ser descritos: o primeiro – e por puro acaso ou efeito do inconsciente damos o primeiro lugar à questão – é que ao homem homossexual cabe o rosa na mesma medida que o azul cabe ao homem heterossexual. Podemos dizer, entretanto, em nossa cultura, que o rosa cabe antes à mulher, mesmo porque é com base no sexo que, por exemplo, um recém-nascido veste, se menina, a cor rosa, e não baseado na sexualidade.

No Quadrinho, na ausência de uma mulher, associa-se o rosa ao personagem homossexual. Mas por quê? Porque o rosa, pensamos, diz, em nossa cultura, mais sobre gênero que sobre sexo (FRANÇA, 2010). O gênero e, no caso, o feminino se associa tanto à mulher quanto ao homem homossexual, muito embora não haja nada de natural nesta associação. Trata-se, antes, de endoculturação (LARAIA, 2001), como dissemos.

A cor rosa, marcada culturalmente como representativa do feminino, é fundamental para que se perceba que tipo de conflito há entre os personagens. Defendemos que, trajasse o personagem de camisa rosa a cor verde, por exemplo, a verificação do sentido que se (re)produz seria dificultada ou, a depender do leitor, impossível. Neste caso, a cor teria de ser “rosa” e nenhuma outra em seu lugar, o que nos remete à questão foucaultiana do acontecimento⁵.

⁴ Endoculturação é compreendida aqui no sentido apresentado por Laraia (2001), isto é, como um aprendizado.

⁵ Em “Arqueologia do Saber”, Foucault discute sobre a singularidade do enunciado, quando um é formulado e quando nenhum outro poderia estar em seu lugar.

O efeito que se produz com o “rosa” não é o mesmo que se produziria com um roxo, por exemplo. Em suma, por mais arbitrário que seja, em nossa cultura, nenhuma outra cor representa tanto a feminidade quanto a cor rosa. Ao azul, idem: nenhuma outra cor representa tanto a masculinidade, na nossa cultura, quanto ela.

Há que se destacar, porém, o fato de que ser reconhecido como “rosa” e também não ser reconhecido como “azul” não é, segundo a formulação linguístico-imagético, problemático para os homossexuais – para os que se identificam com este discurso –, uma vez que se pode ler que é por identificação com a posição de sujeito gay-militante que tal representação do homem homossexual é veiculada em um site de militância gay. Além disso, há outros indícios, como, por exemplo, um grupo organizado do Distrito Federal de militância gay, que se nomeia “Cia Revolucionária Triângulo Rosa”⁶.

Se a cor rosa é associada à feminilidade, e esta, por sua vez, à homossexualidade, e se os homossexuais, no caso do site, se representam de tal forma, isto é, por meio dessa cor, ocorre uma tomada da palavra (FOUCAULT, 1979) por parte dos homossexuais, que dizem, portanto, em que medida a cor rosa os caracteriza e que coisas isto implica.

A noção de sujeito como uma posição numa conjuntura dada (PÊCHEUX, 1969) nos ajuda a compreender os diferentes usos e efeitos produzidos. Uma vez que é no interior de uma posição de sujeito que os sentidos são possíveis, dizer-se rosa, de uma posição gay-militante (FRANÇA, 2013), não é, embora haja relações de interdiscursividade outras, equivalente à associação do indivíduo gay ao rosa produzida de uma posição de sujeito outra, que interpreta a homossexualidade pejorativamente.

A partir do momento em que tomamos não só a língua como base material do discurso, mas também formas não verbais, como a imagem e as cores, não se pode também entendê-las como transparentes e “literais”. Uma vez que a forma material do discurso traz inscrições da contradição histórica

⁶ O triângulo rosa invertido, durante o nazismo, conforme Elídio (2010) nos campos de concentração, identificava os indivíduos capturados por práticas homossexuais. Pelas vicissitudes da história e, por isso, da significação, o triângulo rosa invertido (de cabeça para baixo) passou a ser símbolo do movimento homossexual organizado. Percebemos, neste percurso histórico-significativo, a partir do que observa Foucault (1979), uma tomada de palavra e uma disputa pelo lugar autorizado do dizer: “tomando ao pé da letra tais discursos e contornando-os, vemos aparecer respostas em forma de desafio: está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim, sejamos assim e se vocês quiserem saber o que nós somos, nós mesmos diremos, melhor que vocês” (FOUCAULT, 1979, p. 234).

que o constitui, também na cor, como materialidade discursiva, a contradição e a possibilidade de deslize se verificam.

Milanez (2012) designa como cromático-discursivo o movimento entre memória, cores e posições que elas suscitam. De acordo com o autor, esse tripé discursivo permite que se pense a relação da língua com a exterioridade histórica. Entendemos que tomar a cor como materialidade do discurso nos obriga a pensar na relação apontada pelo autor, posto que o cromático aponta para o exterior, o real possível do discurso em sua constituição histórica.

A partir do que foi dito, a cor, na formulação em análise, não é unívoca, posto que é materialidade discursiva. Desse modo, é possível perceber a contradição na cor rosa. Vejamos: dissemos, antes, que o rosa é uma forma de reconhecimento, isto é, do próprio homossexual falar sobre si mesmo. No entanto, o rosa atualiza também sentidos estigmatizados que funcionam na associação do homossexual ao feminino, isto é, apontam para sentidos outros, que seriam possíveis em outras posições de sujeito.

Dissemos, em trabalho anterior (FRANÇA, 2010), que, na “homofobia do meio”, a intolerância em relação à feminidade em homens é o principal motivo do preconceito realizado por homossexuais contra homossexuais. No Quadrinho, reatualiza-se um estigma que não só motiva o preconceito de não-gays contra gay, mas também uma prática que divide o próprio movimento LGBT.

Não há como recortar em definitivo a memória discursiva que, no caso, é a constituição e discursivização históricas do rosa. A cada vez que o rosa é formulado, os sentidos à cor associados são paradigmaticamente abertos. Há, nessa abertura, não só sentidos afins, mas também concorrentes. Esta disputa política (ORLANDI, 2002) pela significação se mostra na materialização, que apresenta a possibilidade de marcar uma identidade gay, usando o rosa em causa própria, mas também a possibilidade de reforçar e reatualizar a feminilidade (que pode ser um estigma) compulsória em homens homossexuais, dita por outros, por não-gays.

Um outro sentido passível de identificação na análise do Quadrinho diz respeito ao posicionamento – se esquerda ou direita – e a memória que acompanha, num terreno político, estes termos. O gay é o da esquerda e o não-gay, o da direita. Revolvendo sentidos acerca do que seja ser de esquerda, pode-se dizer que as ditas minorias, incluindo mulheres, negros, homossexuais etc., são preocupação, sobretudo, da Esquerda. Aos de Direita não se associa uma disputa a favor das “minorias”.

O atual terreno político nacional aponta-nos alguma dificuldade para a definição do que seja Esquerda ou Direita, havendo, como circula em redes sociais, a possibilidade de dizer que parece haver uma tendência à ambidestria. Ainda assim, numa perspectiva interdiscursiva, no possível do discurso, a associação entre Esquerda e minoria pode ser formulada.

No atual cenário político brasileiro, um dos partidos com reconhecida agenda gay, digamos assim, é o PSOL, que se reconhece como sendo representativo de Esquerda. No caso da formulação em análise, a relação entre esquerda e minoria homossexual é reatualizada.

Não está em questão, da perspectiva da AD, se o responsável pelo Quadrinho quis ou não (re)produzir os sentidos que há pouco apresentamos. Na verdade, não importa o que quis ou o que fez sem querer, e com isto não se nega que o indivíduo tenha uma intenção ao elaborar, por exemplo, um Quadrinho como este. Nega-se, isto sim, o controle que tal indivíduo tem sobre o que formula, porque este é caracterizado por uma ilusão de consciência e de controle sobre o que diz (PÊCHEUX; FUCHS, 1975).

A possibilidade de, na descrição do Quadrinho, identificarmos tais sentidos, não diz, portanto, nada sobre o que quis o “autor” da “obra”, o que, aliás, deixa de ser uma questão desde a primeira fase da AD, como se pode ler em Pêcheux (1969). A interpretação com a qual trabalhamos aponta, antes, e independentemente da vontade do “enunciador”, para sentidos possíveis na sociedade, como, por exemplo, os que indicamos: a) a associação entre a cor rosa e a feminilidade, e, com isso a associação entre a homossexualidade e a feminilidade atribuída ao “rosa”; b) as questões de partidos ditos de Esquerda em sua associação com os grupos ditos minoritários.

Sigamos com a descrição da Figura 1. Ainda no primeiro quadro, o personagem não-gay traz, em sua camisa, uma representação de um crucifixo, o que, em nossa cultura, é rapidamente associado à questão religiosa judaico-cristã. Esta imagem construída acerca do religioso judaico-cristão se confirma no segundo quadro, quando o personagem não-gay afirma que o fato de ele não gostar de homossexuais encontra respaldo na Bíblia (Sabe por quê? Por causa de um livrinho chamado Bíblia).

Voltemos à suposta produção deste Quadrinho e à sua recepção e circulação: feito por e para público gay, e circulado em site para o mesmo público. Da posição de sujeito que chamaremos aqui de posição de militância gay, não se está autorizado a desprestigiar os homossexuais, nem em nome

de escrituras sagradas. Há, portanto, uma razão, que não a ratificação das passagens bíblicas, para que, neste Quadrinho, sejam tratadas as questões religiosas judaico-cristãs.

Ducrot (1987), ao discutir a ironia no que diz respeito à polifonia, não se ocupa de determinar posições de sujeito, no sentido que em AD se postula. Ainda assim, formula sobre o “discurso-outro” que está em cena quando a ironia se produz. Mesmo compreendendo que é necessário um deslocamento em relação à Teoria da Enunciação, afirmamos que a questão religiosa judaico-cristã no Quadrinho produz-se em um jogo de ironia, que marca, necessariamente, um sentido concorrente com aquele que a superfície linguística (o *intradiscurso*) parece apontar.

Este sentido de ironia, ou de não identificação com a posição que chamaremos de judaico-cristã-religiosa percebe-se na forma de designação da escritura sagrada. Diz-se “livrinho”, e, embora saibamos, como falantes do português, que o diminutivo pode, em nossa língua, apontar para um efeito de cuidado, de carinho, o diminutivo também marca a depreciação. Não se trata de um respeitável livro, mas de um livrinho.

O dito “livrinho” é como, supostamente, o personagem gay compreende a Bíblia. Notamos, então, um jogo de imagens, de modo que não se trata, aqui, do que são, concretamente, gay, não-gay e bíblia, mas de *formações imaginárias* que funcionam em relação a estes. Assim, temos algo que, parafraseando Pêcheux (1969), corresponderia ao efeito de sentido produzido entre uma imagem de homossexual, uma imagem antecipada do que o outro (não gay, religioso) pensaria acerca do homossexual, e sobre a suposta imagem que o outro teria do que o gay pensaria acerca da bíblia.

Na formulação, segundo nossa compreensão, o discurso-outro, ou “de um outro, colocado em cena pelo sujeito” (PÊCHEUX, 1983c, p. 313) é formulado no interior do discurso concorrente, de uma posição judaico-cristã-religiosa. Pensando, novamente, no jogo de imagens (PÊCHEUX, 1969), que é necessário para a produção do discurso, a imagem que se (re)produz da posição judaico-cristã-religiosa é a do homossexual como aquele que questiona a verdade da Bíblia, pondo em causa sua característica de verdade revelada, transformando o livro revelado, por isso inquestionável, em um mero livro opinativo (um livrinho).

A partir da AD, em relação ao conceito de Formação Discursiva como aquilo que regula o que pode e o que não pode ser dito, lido, interpretado,

feito (PÊCHEUX, 1975), e também de acordo com o que Foucault (1971) diz em relação ao fato de nem todo mundo estar autorizado a dizer qualquer coisa, devemos destacar que nem tudo poderia ser formulado neste Quadrinho, que produz, mais regularmente, efeitos pró-homossexual. Sendo assim, existe uma condição especial para que o discurso contra a homossexualidade seja apresentado na formulação em análise. Neste caso, a condição de existir se dá pelo efeito de ironia, isto é, tal afirmação, possível em um outro lugar, é materializada no discurso oposto a ela, ridicularizando o outro enquanto o repete, produzindo a ironia, que é também condição de possibilidade.

O quadro três representa a agressão física praticada pelo não-gay contra o gay. Esta agressão se dá com a utilização de um instrumento: a Bíblia. É, então, a Bíblia que machuca o personagem gay, e é, como vimos na discursivização linguístico-imagética, também ela é a motivadora de tal ato. Vejamos a sequência da fala do personagem não-gay no terceiro quadro: “Você é mau! Deus te odeia! Eu te odeio! Você não merece direitos!”.

Como falantes de língua portuguesa e possuidores de competência textual, podemos preencher algumas lacunas onde caberiam “conectivos” que fazem da fala do personagem uma sequência como a seguinte: Você é mau, por isso Deus te odeia. Se Deus te odeia, eu também te odeio. Alguém mau, odiado por Deus e, em consequência, por mim, não merece direitos; merece, sim, apanhar.

Poderíamos defender, não compreendendo o processo discursivo que segue (re)produzindo sentidos na formulação linguístico-imagética, que a motivação da revolta do não-gay e da posterior agressão contra o personagem gay não seria a Bíblia, mas a maldade do personagem-gay, uma vez que o terceiro balão inicia com “você é mau”. No entanto, o terceiro quadro é precedido pelo segundo quadro, em que há uma formulação linguística que indica que não gostar de homossexual tem respaldo na Bíblia. Esta afirmação, é necessário destacar, não é realizada por um religioso (ou de um lugar judaico-cristão), por exemplo, mas é encenada como se fosse enunciada deste lugar. Mais uma vez, é o discurso de um outro lugar sendo atualizado, funcionando como um simulacro (POSSENTI, 2004).

Verificamos, no Quadrinho três, diferente dos demais, um atravessamento de um discurso jurídico, uma vez que é formulada a questão dos “direitos” (Você não merece direitos!). Este discurso aparece na discursivização do Quadrinho, e ali se apresenta numa associação com outros

discursos que dizem, por exemplo, sobre o religioso judaico-cristão. Na discursivização do Quadrinho sobre o PLC 122/06, é em nome de Deus que se conclui: os homossexuais não merecem direitos.

Podemos discutir, a partir disso, a impossibilidade de estabelecer limites exatos entre os discursos, embora possamos reconhecê-los, historicamente, em suas singularidades. A questão das fronteiras e dos fechamentos foi problematizada no interior da AD, como sintetiza Pêcheux (1983c). Mesmo discutindo a noção de contradição no interior da FD, ainda assim permanecia algo de fechado, e, devido “à insistência da alteridade” (PÊCHEUX, 1983c, p. 311), a noção de FD é posta em causa.

Não é clara, como dissemos, a fronteira entre os discursos, uma vez que o discurso é a partir do outro. No caso, não é exatamente preciso o limite do discurso jurídico em relação ao religioso judaico-cristão, uma vez que aparecem relacionados em diversos outros funcionamentos. Reiteramos que não são, jurídico e religioso judaico-cristão, um mesmo discurso, porque há diferença. A diferença que se pode notar, contudo, não é suficientemente clara a ponto de podermos dizer exatamente onde um termina e o outro começa.

Os discursos, embora se manifestem materialmente e haja, por isso, uma materialidade a eles associada, não são tangíveis e mensuráveis, não sendo possível estabelecer em definitivo os seus limites. Ainda mais problemática é a questão das fronteiras quando se compreende que o sentido que se produz no quadro 3 do Quadrinho, por exemplo, se dá no entrecruzamento de pelo menos esses dois domínios – o religioso judaico-cristão e o jurídico – e não na justaposição.

Ainda sobre o terceiro quadro, o que se materializa, ali, é “o discurso do sujeito se colocando em cena como um outro” (PÊCHEUX, 1983c, p. 313). Dizemos isto porque é da posição gay-militante que se enuncia que é por razões religiosas judaico-cristãs que o PLC 122/06 não é aprovado, no quadrinho parafraseado como “não merece direitos”. Não são os próprios “religiosos” quem dizem. Sendo assim, não se trata simplesmente de um discurso de um outro colocando em cena pelo sujeito gay-militante, mas de um discurso possível para o sujeito gay-militante apresentado como se fosse de um outro, de uma posição diferente, concorrente, no quadro materializado como enunciado possível para o personagem não-gay e religioso.

No quarto quadro, o personagem gay, com as mãos erguidas e um dos punhos cerrados, reage à agressão exclamando: “Para com isso!”. Somente no quarto quadro, o gay reage, numa reatualização de passividade que é, muitas vezes, associada aos homossexuais, e também às mulheres.

As mãos erguidas não apontam apenas para reação, mas para uma memória corporal-cultural acerca de estar rendido. Acuado, depois de agredido, o personagem gay reage, mas não revidando; apenas ergue as mãos e uma delas apenas cerrada. A outra mão, numa configuração que parece, não fosse o polegar erguido, a de “paz e amor”, serve para compor também a imagem politicamente correta do personagem gay: ele não revida com agressão; apenas, verbalmente, se defende. O punho cerrado, em posição favorável ao soco, contrabalança-se à outra mão em versão estilizada de “paz e amor”.

Neste quadro, há uma desestruturação da memória do religioso judaico-cristão, até então associada ao personagem que traja azul. A desestruturação diz respeito ao fato de o personagem gay, na oposição do Quadrinho, não religioso, agir com mansidão. É o personagem não-gay religioso quem agride, enquanto o personagem gay não revida, o que é uma paráfrase possível para o “dar a outra face”.

Há também uma contradição funcionando no quarto quadro, uma vez que a mansidão da qual falamos pode também ser lida como passividade, que é uma das imagens cristalizadas que se costuma ter em relação a homossexuais, e também a mulheres.

No quarto quadro, o não-gay, com feição diferente da dos quadros anteriores, demonstra incompreensão em relação à atitude do personagem gay e, com a Bíblia contra o crucifixo que está em seu peito, exclama: “Ai, Jesus! Tô sendo vítima de opressão!”. Este quadro encerra com o efeito de ironia, como já havíamos antecipado.

Considerações finais

O Quadrinho analisado é uma reformulação de outras formulações que amplamente circulam na mídia porque discursivizam sobre a liberdade religiosa, que é, segundo algumas leituras, o nó para a aprovação do PLC 122/06 no Senado Federal. Nessa discursivização, a defesa da liberdade de

expressão religiosa oculta o direito “legítimo” de degradação do homossexual, degradação esta realizada em nome de Deus.

Ironizar, por vezes, é ridicularizar, e este é um dos efeitos produzidos na formulação. No Quadrinho (Figura 1), por meio da ironia, ridiculariza-se o suposto direito de insultar e agredir homossexuais, isto é, o “legítimo” direito de ser homofóbico autorizado pela discussão jurídica de liberdade de expressão religiosa e de crença.

Na análise, tratando de um tema contemporâneo, pudemos mostrar, décadas mais tarde e mesmo com a virada do século, a atualidade das ideias de Michel Pêcheux, cujos postulados ainda se mostram úteis às condições de produção de agora, e em relação a materialidades que, de alguma forma, extrapolam as analisadas por ele. Este filósofo ainda tem muito a nos dizer quando o tomamos como referência para ler e compreender, nas mais diversas materialidades discursivas, as (re) produções de sentidos nos dias de hoje.

Referências

BORILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

ELIDIO, Thiago. **A perseguição nazista aos homossexuais: o testemunho de um dos esquecidos da memória**. 2010. 95f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária), Universidade de Campinas, Campinas, 2010.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In: Maria da Conceição Fonseca-Silva; Sírio Possenti. (Org.). **Mídia e redes memória**. 1. ed. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007b. p. 11-37.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Edição original: 1969.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2007. Edição original: 1971.

_____. Não ao sexo rei. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007, p. 229-242. Edição original: 1979.

FRANÇA, Thiago Alves. Análise discursiva de um “quadrinho” a partir da perspectiva francesa: a atualidade do pensamento de Pêcheux. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 8, p.222-235, jun.2015.

FRANÇA, Thiago Alves. **Memória, constituição e discursivização de G Magazine: a homofobia, o assumir-se gay e a militância**. 2010. 142f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2010.

_____. **Discursos sobre o PLC 122/06**. 2013. 109f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar: Rio de Janeiro, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

MILANEZ, Nilton. O nó discursivo entre corpo e imagem: que identidade para o brasileiro é essa? **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 29, 2012.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 59-158. Edição original: 1969.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009. Edição original: 1975.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983a.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57. Edição original: 1983b.

_____. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 307-315. Edição original: 1983c.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 159-249. Edição original: 1975.

POSSENTI, Sírio. Simulacro e interdiscurso em slogans. In: _____. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar edições, 2004, p. 155-166. p. 195-203.